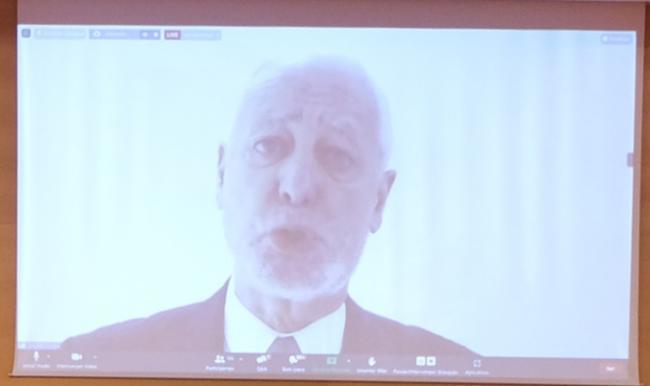


X CONVENÇÃO NACIONAL



**A ESCOLA QUE
DESCONHECEMOS...**

EDITORIAL**P.3** EM BUSCA DA ESCOLA QUE DESCONHECEMOS**AÇÃO SINDICAL****P.4 À P.6** CARLOS SILVA E MÁRIO MOURÃO NO SECRETARIADO NACIONAL DA FNE**P.7 À P.9** AÇÃO GLOBAL PELA PAZ NA UCRÂNIA**WEBINÁRIO****P.10 À P.15** X CN - PROTEGER, TRANSFORMAR E VALORIZAR A ESCOLA E OS PROFESSORES**P.16 À P.18** QUEBRAR PRECONCEITOS NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER**ENTREVISTA****P.19 À P.22** AIRES LOPES: 1º CICLO FOI COLONIZADO E PERDEU A SINGULARIDADE**NA MINHA OPINIÃO****P.23** QUE FUTURO PARA O EPE?**NÃO DOCENTES****P.24** A PANDEMIA E A SAÚDE MENTAL NA EDUCAÇÃO**INTERNACIONAL****P.25, P.26** TALIS RECOMENDA MAIS FINANCIAMENTO**LEGISLAÇÃO****P.27, P.28** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE FEVEREIRO A 25 DE MARÇO DE 2022**+VANTAGENS FNE****P.29** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

março 2022

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *

Sindicato dos Professores da Zona Centro *

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e

Vale do Tejo *

Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *

tel. 225 073 880 *

secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques e Tiago Soares



EM BUSCA DA ESCOLA QUE DESCONHECEMOS

“A Escola que desconhecemos” foi o lema da X Convenção Nacional que a FNE, a CONFAP e a ANDAEP realizaram este mês na Maia, e durante a qual tivemos o privilégio de contar com duas participações extremamente significativas, de dois estudiosos e sobretudo duas personalidades com vincada intervenção pública sobre a escola, António Nóvoa e Marco Bento.

Esta foi uma oportunidade para refletir e debater a escola que temos e a escola que queremos.

E porque é que se fala de uma escola que desconhecemos quando falamos da escola que temos? É porque temos consciência de que, quando refletimos sobre tudo o que acontece nas nossas escolas em cada dia que passa, acabamos por verificar que há tanto de extraordinariamente significativo que nelas acontece, de que mal nos apercebemos e que ultrapassa as visões genéricas e largas que sobre ela vamos construindo.

Nas nossas escolas, em cada dia, e de modo diferente de escola para escola, de turma para turma, cada um dos profissionais que nelas trabalha desenvolve um trabalho intenso e extremamente rico e desafiante que tão poucas vezes é reconhecido e valorizado. Educadores e professores são agentes diários de intervenções múltiplas e diversificadas que são fruto de uma profissionalidade empenhada e que integra o reconhecimento da pessoa única que é cada aluno.

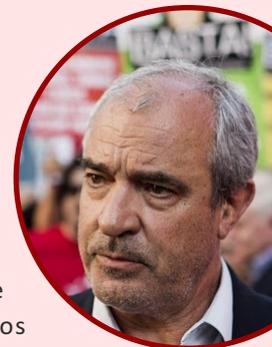
A escola que desconhecemos e que acontece no dia a dia é aquela em que milhares de outros profissionais, técnicos especializados, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais se empenham no melhor que sabem e podem para que estejam reunidas as condições para que os processos de ensino-aprendizagem decorram com sucesso.

Assim, a escola que desconhecemos não é apenas a escola que está por vir, porque, como António Nóvoa disse, o futuro já está a acontecer todos os dias nas nossas escolas.

A escola que desconhecemos não se reduz a uma imagem/miragem que às vezes muitos constroem, ou aquilo a que António Nóvoa chamou de “delírios futuristas”, cheios de tecnologias e de inteligência artificial.

A escola que desconhecemos é esta escola que dia a dia se está a (re)construir e a transformar, com todos os contributos que estamos permanentemente a absorver e que nos questionam sobre o que fazemos, para que fazemos, como fazemos. E é esta reflexão que nos conduz a corrigir, melhorar, adaptar.

Por isso, é preciso proteger e valorizar a escola e os seus profissionais que tantos teimam em desconhecer, porque é essa escola e são esses profissionais que todos os dias estão a fazer a escola evoluir e ser melhor.



João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral da FNE



CARLOS SILVA E MÁRIO MOURÃO NO SECRETARIADO NACIONAL DA FNE

O Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva convidou o SG da UGT, Carlos Silva, para uma última participação no Secretariado Nacional (SN) da FNE, de sete de março de dois mil e vinte e dois, para intervir no âmbito das suas perspetivas para a formação do novo governo e a questão da guerra na Ucrânia. Este evento, que também contou com a presença do candidato a SG da UGT Mário Mourão, foi o primeiro a decorrer no Auditório Manuela Teixeira, na sede da UGT em Lisboa, agora equipado pela FNE para as suas reuniões na capital.

João Dias da Silva fez 'as honras da casa' e começou por deixar palavras elogiosas a Carlos Silva por toda a sua disponibilidade para apoiar as questões da educação durante o seu tempo de liderança da Central Sindical (abril de 2013 a abril de 2022), reforçando ainda o trabalho que a FNE e os seus sindicatos têm levado a cabo. Já a respeito do próximo SG da UGT, Mário Mourão, o SG

da FNE fez questão de sublinhar que "já quando ele era dirigente do seu Sindicato de Bancários do Norte, e nem sonhava ser SG da UGT, se interessava e apoiava os problemas da educação e as lutas da FNE".

Por seu lado, Mário Mourão realçou a importância da FNE, "que tem um papel preponderante na UGT, porque não é possível um futuro da central sindical sem os Educadores, Professores e Trabalhadores Não Docentes, pois contamos com o seu trabalho e colaboração". Mário Mourão lembrou também "a cooperação muito estreita que foi acontecendo ao longo dos anos entre a FNE e o Sindicato dos Bancários", recordando ainda que "há uns anos muitos professores saíram da profissão e foram para bancários e hoje em dia estão a regressar ao ensino". A finalizar a sua declaração ao SN da FNE, o candidato a SG da UGT deixou uma garantia: "Podem contar sempre comigo naquilo que for preciso".

“FNE DEFENDE TRABALHADORES COM UNHAS E DENTES”

Já Carlos Silva, a finalizar o seu mandato como SG da UGT, começou por lembrar, de forma bem-humorada, que "a minha mulher é professora e logo aí sou obrigado a apoiar-vos" (risos). Depois, já em tom sério, reafirmou a posição de total apoio à Ucrânia na questão "da agressão de um país contra um Estado soberano e livre – o que ficou bem expresso na Resolução da CES, que a UGT assinou. Esta é a essência do movimento sindical, sermos solidários com os agredidos. Quem agrediu tem de ser penalizado".

Sobre a reta final do seu mandato como líder da UGT, Carlos Silva revelou que, naquele mesmo dia, "na Comissão Executiva da UGT decidi falar sobre Educação. E relembrei os princípios que guiam os nossos sindicatos, para dar o melhor aos nossos associados. No outro dia, na audiência do Primeiro-Ministro com os parceiros sociais, abriu-se a porta para falar sobre Educação e a nossa Presidente da UGT, Lucinda Manuela Dâmaso, aproveitou para deixar o seu testemunho. Mas a minha análise é que todas as propostas têm de ter uma perspetiva realista. E é preciso diálogo social. Foi o que eu disse a António Costa. Ele procurou muitas vezes soluções com os partidos que deveria procurado nos sindicatos".

A um mês de concluir nove anos como SG da UGT, no XIV Congresso da Central, Carlos Silva deixou grandes elogios à FNE: "Outros têm questões ideológicas, mas a FNE é diferente. Existe para defender uma classe de trabalhadores. E defende-a bem, com unhas e dentes". A fechar, Carlos Silva agradeceu à FNE e aos seus sindicatos os contributos financeiros para o apoio à Ucrânia e ao seu povo". A reunião do SN da FNE finalizou com João Dias da Silva, a entregar, em nome da FNE, uma recordação a Carlos Silva, de agradecimento pela amizade, solidariedade e por todo o trabalho por ele prestado ao serviço da UGT e em prol da elevação do sindicalismo português, em geral.

MOÇÃO: SIM À PAZ. NÃO À GUERRA.

O Secretariado Nacional da FNE aprovou ainda uma Moção em que reafirmou a condenação das ações militares desencadeadas pela Rússia contra a Ucrânia, um país soberano e com autoridades democraticamente eleitas.

Como a FNE sublinhou desde a primeira hora logo no dia 24 de fevereiro, esta intervenção constitui um vil ato de guerra e um ataque intolerável à soberania e à integridade territorial da Ucrânia. Estamos em presença de uma brutal violação da Carta das Nações Unidas e das normas mais básicas do Direito Internacional.

A FNE condenou a invasão da Ucrânia pela Rússia como um ato violento e bárbaro contra uma nação soberana, o seu povo e os seus trabalhadores, considerando essencial a retirada imediata das forças armadas russas do país.

Para a FNE, a paz e a democracia são valores fundamentais e universais, considerando intolerável o número de civis que já morreram na Ucrânia, bem como as centenas de milhares que já fugiram do país e os milhares de manifestantes que foram presos em mais de trinta cidades russas porque protestavam pela paz.

A FNE exprimiu a sua profunda revolta pela contínua degradação da situação, com a devastação no país, milhares de vítimas entre civis e forças militares, centenas de milhares de refugiados deslocados no território ucraniano e atravessando as fronteiras para países vizinhos, em condições precárias e perigosas.

É essencial que sejam desenvolvidos todos os esforços diplomáticos para se pôr fim à invasão russa, salvaguardando ao mesmo tempo o povo e os trabalhadores russos, que tal como os ucranianos sofrem as consequências das decisões autoritárias de Vladimir Putin.

A FNE reafirmou a sua solidariedade com todos os ucranianos, a começar pelas crianças e pelos jovens. No nosso pensamento estão ainda os educadores, professores, escolas e comunidades educativas.

"Outros têm questões ideológicas, mas a FNE é diferente. Existe para defender uma classe de trabalhadores. E defende-a bem, com unhas e dentes", Carlos Silva.



A FNE reiterou as exigências que a CES - Confederação Europeia de Sindicatos exprime no sentido de que as instituições da União Europeia (UE) e os Estados-Membros:

- . Aumentem a pressão sobre Putin e o seu governo, através de todas as formas de sanções necessárias, dirigidas especificamente aos interesses e bens da liderança e das elites russas, e que sejam estendidas também à Bielorrússia, pela sua participação na agressão militar à Ucrânia;

- . Introduzam medidas de compensação e de abastecimento alternativo, com vista a reduzir os impactos negativos sobre as populações da UE e dos países vizinhos, incluindo a manutenção das medidas de emergência utilizadas pela UE, para fazer face ao surto de COVID-19;

- . Prestem apoio militar defensivo imediato e ajuda financeira e humanitária à Ucrânia e à sua população;

- . Criem corredores humanitários que permitam que os refugiados abandonem o país em segurança e organizem planos de acolhimento e de deslocalização na UE;

- . Garantam a segurança e a proteção das fronteiras e das populações da UE e dos países vizinhos mais expostos às atuais e potenciais operações militares russas.

A FNE incentivou a intervenção massiva nos diferentes mecanismos solidários que a sociedade civil está a desencadear para fazer chegar todo o tipo de apoios à Ucrânia e aos refugiados ucranianos.

Que criem corredores humanitários que permitam que os refugiados abandonem o país em segurança e organizem planos de acolhimento e de deslocalização na UE.





15 MARÇO



AÇÃO GLOBAL PELA PAZ

Reafirmar a sua solidariedade com todos os ucranianos,
a começar pelas crianças e pelos jovens.



[FACEBOOK.COM/FNEDUCA](https://www.facebook.com/fneduca)



www.fne.pt



FNE EM AÇÃO GLOBAL PELA PAZ NA UCRÂNIA

A FNE e os seus Sindicatos associaram-se à Ação Global pela PAZ, organizada em quinze de março de 2022 pela Confederação Europeia de Sindicatos – CES. O objetivo foi o de pedir o fim da guerra e demonstrar a total solidariedade pelo povo ucraniano, que será bem-vindo a Portugal. A ação abriu com os Vice-Secretários-Gerais da FNE Lucinda Manuela Dâmaso e Pedro Barreiros e encerrou com o Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva.

A FNE e os Sindicatos Europeus organizaram esta onda solidária para darem força à Paz e a todos os esforços que possam ser feitos para acabar com a guerra na Ucrânia e no mundo e para lembrar que o movimento sindical sempre se bateu pela Paz, como elemento essencial de promover a Liberdade, o Bem-estar e o Desenvolvimento de todos os povos.

Numa transmissão online entre as 12h00 e as 13h00 nas redes sociais da Federação, dirigentes e associados da FNE e seus Sindicatos do continente reforçaram a sua solidariedade com todos os ucranianos, a começar pelas crianças e pelos jovens. De igual modo lembrados foram os educadores, professores, profissionais e escolas daquele país, muitas delas já transformadas em escombros e em poeira.

Os participantes da FNE na "Ação pela Paz" foram unânimes em considerar não existir nenhum argumento que justifique a ação militar desenvolvida pela Federação Russa, em completo desrespeito pelo Direito Internacional, pela Carta das Nações Unidas e pelos Direitos Humanos. A sucessão de horrores a que temos vindo a assistir mereceu a total condenação e o repúdio absoluto.

"A FNE não teve quaisquer dúvidas em condenar quem promoveu o ataque militar à Ucrânia e está a realizar uma chacina que arrasa escolas e hospitais e que mata indiscriminadamente civis inocentes todos os dias", referiu João Dias da Silva. "O que é claro é a existência de um ditador que ataca, sem piedade, uma nação livre e independente. O regime do ditador Putin é quem está

a matar indiscriminadamente crianças e jovens, mães, pais e toda uma população que se defende com uma energia e uma determinação que só podemos elogiar e apoiar".

Os dirigentes da FNE sublinharam as consequências nefastas da guerra na Educação dos jovens e adultos ucranianos que se veem assim privados do acesso à escola e à formação. Com palavras como: "Afirmamos a nossa solidariedade com todos os ucranianos, a começar pelas crianças e pelos jovens. No nosso pensamento estão ainda os educadores, professores, escolas e comunidades educativas, pois a Educação é sempre um grito de alerta contra a opressão".

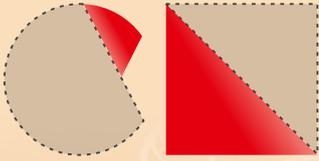
O SG da FNE venceu também que "é nosso dever apoiar os países que estão a acolher estes milhares de refugiados, fazendo-lhes chegar recursos, alimentos, medicamentos, para que se possa garantir dignidade a estas pessoas repentinamente espoliadas de todos os seus pertences, das suas casas, dos seus familiares".

É assim nosso dever acolher estes refugiados e apoiá-los, para que as crianças e os jovens possam rapidamente voltar à escola e as suas famílias possam regressar a um contexto que lhes permita meios de subsistência dignos, a Liberdade e a própria dignificação da Vida Humana.

O dia 15 de março ficou ainda marcado por uma manifestação pelo fim da guerra, em Bruxelas, com a presença de vários representantes de sindicatos belgas e do resto da Europa, e em que a mensagem foi comum: "Não à guerra! Viva a Ucrânia livre e independente".

Os dirigentes da FNE que participaram nesta ação foram: Alexandre Dias, António Jorge, Manuel Emílio e Carla Machado (SPZN); Manuel Teodósio (Presidente em exercício do SPZC); Maria José Rangel (Presidente do SDPGL); Josefa Lopes (Presidente do SDPSul); Maria Dulce Cancela (Presidente do STAAE-ZN), João Ramalho (Presidente do STAAE-ZC) e Cristina Ferreira (Presidente do STAAE Sul e RA).

Desde o início deste conflito, a 24 fevereiro, a FNE tem demonstrado a sua total oposição às ações militares desencadeadas pela Rússia contra a Ucrânia, um país soberano e com autoridades democraticamente eleitas pelo povo.



X CONVENÇÃO NACIONAL

5 MARÇO 2022
10H00 - 17H00 | TECMAIA

ANDAEP



ANTÓNIO NÓVOA

Ex-Reitor da
Universidade
de Lisboa



MARCO BENTO

Universidade
do Minho



Após a X Convenção, os interessados poderão solicitar à FNE (secretariado@fne.pt) o reconhecimento e acreditação do evento como ação de curta duração de 4 horas, nos termos do Despacho nº 5741/2015, de 29 de maio.

APOIO:



CFIET

CANAL

MAI
CÂMARA MUNICIPAL

webinário

**A ESCOLA QUE
DESCONHECEMOS...**



PROTEGER, TRANSFORMAR E VALORIZAR A ESCOLA E OS PROFESSORES

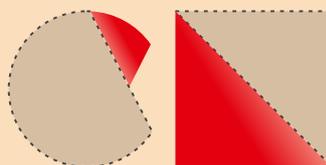
A IX Convenção da FNE, CONFAP e ANDAEP, que decorreu a 5 de março de 2022, em formato híbrido, presencialmente nas instalações da Tecmaia, em Moreira da Maia, procurou respostas e soluções para uma escola que desconhecemos e que o futuro exige que seja mais inclusiva, transversal e humanista, pois, como definiu António Nóvoa "Este é o momento de aplicarmos o que aprendemos com a pandemia e aproveitar essa partilha".

Mas antes da intervenção do antigo Reitor da Universidade de Lisboa, coube aos organizadores deste evento as primeiras palavras introdutórias. Jorge Ascensão (Presidente da CONFAP) recordou que "estamos sempre com o pensamento no avançar para resoluções que melhorem a educação", com João Dias da Silva (Secretário-Geral da FNE) a corroborar desta ideia e acrescentando que "mais do que pensar no que acontece dia a dia, é preciso pensar no amanhã e em todos os profissionais da educação envolvidos no sistema educativo". Filinto Lima (Presidente da ANDAEP) deixou inicialmente palavras para a situação da Ucrânia elogiando "o tsunami de solidariedade que se tem verificado nas escolas portuguesas" e lembrou "a importância de se ouvir o que os alunos têm para nos dizer sobre a escola".

A Vereadora da Educação da CM Maia, Emília Santos, marcou também presença no início do evento garantindo que no Município da Maia "a Educação é uma bandeira, uma prioridade", deixando ainda elogios a Marco Bento, outro dos oradores convidados no evento "e que tem tido um papel fundamental na aplicação de novos processos de ensino nas escolas da Maia, através de um projeto inovador, o SuperTabi. E esta é, provavelmente, a melhor fase para se aplicar novas ideias aproveitando a boleia que a transição digital está a criar nos pós pandemia. A educação não permite experiências da moda. Exige trabalho coletivo. Gosto muito de lembrar a frase 'é preciso uma aldeia para mudar uma criança'. E outro ponto que deixo aqui em jeito de alerta, e que é preciso dar muita atenção, é relativo à saúde mental das escolas. Temos de perceber como está a saúde mental de todos nas escolas".



«A educação não permite experiências da moda. Exige trabalho coletivo. Gosto muito de lembrar a frase 'é preciso uma aldeia para mudar uma criança'». Emília Santos



X CONVENÇÃO NACIONAL



«O TEMPO DA TRANSFORMAÇÃO JÁ CHEGOU»

Depois, tempo para a intervenção de António Nóvoa. O ex-Reitor da Universidade de Lisboa deixou largos elogios ao título desta X Convenção, catalogando-o de "brilhante, porque temos de conhecer a escola que aí vem, viver o futuro, mas perceber que isso vai ter de envolver toda a gente". António Nóvoa catalogou de "delírios futuristas" as ideias de que a escola pós pandemia "ia acabar. Temos de criar novos ambientes educativos. A sala de aula tem muitos limites, mas também muitas potencialidades", realçando depois a importância de "Proteger, transformar e valorizar o trabalho dos professores. Educação só com tecnologia é um sonho perigoso. É urgente apostar na formação de professores, na formação contínua e na revisão do sistema de avaliação de docentes".

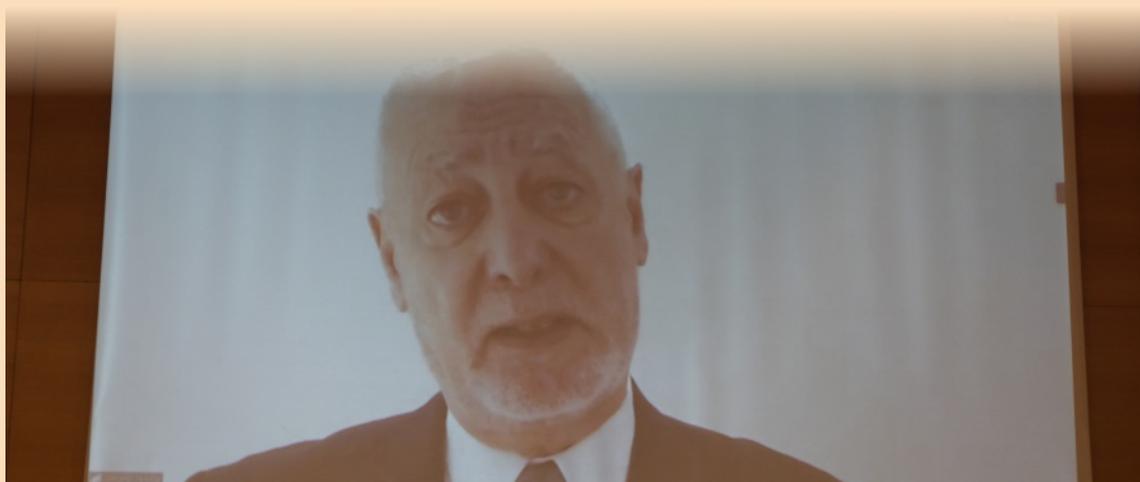
O antigo embaixador de Portugal junto da UNESCO destacou na sua intervenção uma ideia que guiou o resto das intervenções neste evento: "Esta transformação da escola já existe em todo o mundo. Não é utópico. E essas mudanças existem graças ao trabalho de todos. Por isso o ponto central é valorizar aquilo que já se faz hoje. E este é o momento! Aproveitar o que aprendemos

com a pandemia, valorizar o que já se faz e não esperar o que pode vir", realçando depois a importância de vários pensamentos publicados no terceiro Relatório promovido pela UNESCO sobre o futuro da Educação no mundo (2021).

Neste documento, procura-se repensar juntos o futuro, considerando que apenas com diálogo conjunto se conseguirá alcançar soluções, tendo participado neste relatório cerca de um milhão de pessoas que deixaram o seu contributo na busca por um futuro melhor para a escola. "Falamos de futuros, de escolas, de projetos e realidade diferentes. É preciso um novo contrato na diversidade e o melhor é dar liberdade a todos para lançarem dinâmicas diversas, estimular e refazer o que já sabemos. Este relatório é um pontapé de saída, mas a minha opinião é que se ficarmos à espera de reformas educativas estamos perdidos. A solução está em nós", considerando ainda que "com a pandemia percebeuse ainda mais que nada substitui o professor. E atrevo-me a terminar dizendo que é muito provável que as escolas mudem mais nos próximos 20 anos do que mudaram nos últimos dois séculos. É agora o tempo da transformação para melhorar a escola e toda a comunidade educativa".

5 MARÇO 2022
10H00 - 17H00 | TECMAIA

"E atrevo-me a terminar dizendo que é muito provável que as escolas mudem mais nos próximos 20 anos do que mudaram nos últimos dois séculos". António Nóvoa





Seguiu-se o primeiro painel de comentadores, com Maria João Cardoso (FNE) a abrir este ponto. A vice-presidente do Conselho Geral da FNE reforçou o papel vital da educação e da importância de saber lidar com a mudança, algo que "apenas se consegue com um novo contrato para a educação. A renovação passa por pedagogia curricular e por uma participação de todos no debate pelo futuro da educação, mobilizando todos para um novo rumo", afirmou.

Por sua vez, David Sousa, Vice-Presidente da ANDAEP, começou a sua participação com uma declaração de intenções: "Sou professor há mais de 40 anos. O meu sonho era ter como Ministro da Educação alguém com a visão do Professor António Nóvoa. Foi uma intervenção inspiradora. Esta ideia de que a escola tem de ser assente nas pessoas, mais humanista e com dinâmica de partilha, é crucial. Assim como alcançar conhecimento, autonomia e liberdade", disse.

Paulo Cardoso, da CONFAP, substituiu José Batalha que, por motivos de última hora, não pôde marcar presença, e defendeu que "deve existir uma reflexão entre todos os pares. Onde os pais têm mais intervenção as escolas são melhores. É preciso trabalhar o conhecimento e é importante que todos possam traçar um perfil

para cada escola e que se valorize o que cada um oferece ao sistema", somando a isto "a avaliação é um problema. Os alunos só estudam para ter notas e depois não sabem viver socialmente".

Depois, voz aos mais novos. José Pedro Costa, aluno da Escola Secundária da Trofa, trouxe ao debate a questão dos exames nacionais, mas não só. Deixou também alertas para a luta por equidade, contra o bullying e a droga nas escolas, problemas que considerou "muito presentes e que é urgente atacar para resolver. Um caso de bullying, por exemplo, é sempre um caso a mais do que devia existir", revelando ainda que a Associação de estudantes a que pertence "realizou um inquérito online perguntando se a tecnologia ajudava na escola, sendo que a maioria assumiu que sim, mas que é preciso equipar as escolas com material de acordo com as necessidades". A fechar, José Pedro Costa deixou o alerta: "é preciso discutir a saúde mental dos alunos, que está em declínio. As notas sobem, mas a saúde mental desce", afirmou.

A manhã terminou com uma discussão em redor de algumas questões colocadas por convidados presentes na TecMaia e por outros que acompanhavam por ZOOM esta X Convenção.

"É preciso discutir a saúde mental dos alunos, que está em declínio. As notas sobem, mas a saúde mental desce". José Pedro Costa





ANDAEP



O PERCURSO DA INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA

Marco Bento, Professor na ESE de Coimbra, foi o convidado da segunda parte desta Convenção. Numa apresentação dedicada à "integração tecnológica" começou por situar a forma como o espaço exterior das escolas pode ser adaptado, de forma a ser aproveitado, sendo que a essa integração da tecnologia tem de ter em conta esse espaço. Pegando depois no papel da pedagogia, Marco Bento deixou o recado: "temos de deixar os alunos ter espaço para criar, permitir o erro, de várias tentativas cada um vai acabar por fazer o seu caminho. A criatividade só aparece com a experiência". Seguindo no tema da integração tecnológica, o coordenador do Projeto SuperTabi, nas escolas da Maia, foi ao encontro também de outras questões que atormentam o futuro da educação: o envelhecimento dos professores e a necessidade de envolver os docentes nesta integração, acrescentando um dado curioso: "os professores mais velhos são aqueles que mais usam a tecnologia. Mas para se alcançar uma integração maior, a sala de aula tem de permitir vários ambientes. A avaliação tem de se

adaptar. E temos de ouvir os 'operacionais' que vão estar no terreno. É um erro massificar. Os alunos têm cada vez mais de se preparar para várias profissões e isso passa também, por exemplo, por uma maior participação das famílias".

Coube a Manuela Machado, Diretora do AE Soares dos Reis (VNG), o primeiro comentário à apresentação de Marco Bento. Mas primeiro ficou o elogio aos professores, pelo trabalho desempenhado durante a pandemia, seguindo-se a crítica às poucas condições que as escolas oferecem para as novas tecnologias e à falta de formação a professores e pais, concordando que "as tecnologias não substituem o professor, sendo sim um complemento". Já Fátima Carvalho, Secretária-Nacional da FNE, recordou que "a pandemia antecipou a integração digital e tudo teve de acontecer. O professor faz toda a diferença. Mas também aprendemos nestes últimos dois anos que se pode aprender a qualquer hora e a qualquer momento. Cabe aos pais e professores gerirem estas ferramentas de forma a irmos mais além".

**"A avaliação tem de se adaptar. E temos de ouvir os 'operacionais' que vão estar no terreno. É um erro massificar".
Marco Bento**





Neste segundo painel de comentadores esteve ainda Olinda Almeida, aluna da Escola Profissional do Infante (VNG) que trouxe a perspetiva deste ensino no digital começando por deixar reparos "à má ligação dos serviços de internet na escola, que estão muitas vezes em baixo". Como aluna concorda que "o professor é insubstituível, mas também acho que a escola tem de mudar em muitas coisas, apontando o foco para matérias como a política, como fazer um currículo ou finanças. Eu não percebo nem sei o que é o IRS. Na minha opinião o desinteresse pela escola acaba por acontecer mais no ensino 'regular' do que no profissional, porque num - o 'regular' - os alunos chegam, sentam-se e têm notas. No profissional temos mais ação, mais prática. É preciso ouvir os alunos", deixou como repto a finalizar. Coube a Mariana Carvalho, Mestre em Saúde Ambiental, fechar este painel, mostrando ambição: "Pegando naquilo que o Professor António Nóvoa disse, espero que tudo mude não em vinte anos, mas já em dois anos. Acredito muito no poder transformador dos professores", finalizou.

Após um período de debate sobre questões colocadas pela plateia presencial e a distância, coube aos líderes das três organizações fazerem as declarações finais. Todos consideraram a X Convenção um momento importante de reflexão

sobre o que já existe para o futuro da escola, sendo que Filinto Lima lembrou algo ligado ao momento particularmente sensível que o mundo atravessa: "Estamos prontos para receber alunos ucranianos, caso cheguem". Já Jorge Ascensão, que se despediu das Convenções Nacionais como Presidente da CONFAP, realçou a importância de "não se esperar pelas coisas para que aconteçam. Se esperarmos pelo Ministério da Educação nunca vai acontecer nada. Temos de ser nós. Mas a transformação já está a acontecer e temos de perceber todos se queremos ou não fazer parte dessa transformação".

Coube a João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, as derradeiras palavras desta Convenção Nacional, começando por deixar "o convite a Jorge Ascensão para estar na XI Convenção, no ano que vem, de forma que mesmo sem estar na liderança da CONFAP possa contribuir para alertar consciências". O líder da FNE elogiou a presença de alunos nas Convenções Nacionais, sendo essa uma demonstração de que "o futuro está mesmo hoje a ser construído e temos de estimular o que de bom já se faz, para continuar o trabalho com autonomia e liberdade", disse a fechar a X Convenção Nacional FNE, CONFAP, ANDAEP.

"O futuro está mesmo hoje a ser construído e temos de estimular o que de bom já se faz, para continuar o trabalho com autonomia e liberdade"
João Dias da Silva





CANAL • WWW.CANAL4.PT



DIA INTERNACIONAL DA MULHER

8 de março de 2022
Webinário 17h às 18h

ORADORA



JOANA TORRES
Universidade Fernando Pessoa

MODERADORA



MARIA JOSÉ RANGEL
Presidente do SDPGL

QUEBRAR OS PRECONCEITOS

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória





Joana Torres



Maria José Rangel

QUEBRAR PRECONCEITOS NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

A FNE e a AFJET celebraram o Dia Internacional da Mulher com o webinar "Quebrar os preconceitos", que contou com a oradora convidada Joana Torres, da Universidade Fernando Pessoa, Mestre em Psicologia da Justiça e ativista feminista, numa intervenção moderada por Maria José Rangel, Presidente do Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo (SDPGL).

O evento foi uma das formas de a FNE e a AFJET se associarem ao Dia Internacional da Mulher, celebrado pela ONU desde 1975, e que este ano escolheu como tema das celebrações a "Igualdade de género hoje para um amanhã sustentável".

Depois de fazer uma breve apresentação da oradora, Maria José Rangel referiu que "apenas 43% das professoras portuguesas, num universo de 74%, tem acesso a cargos de direção de escola em Portugal. No caso das investigadoras, o número de mulheres diminuiu durante a pandemia, porque tiveram de se dedicar mais à casa e aos filhos". Estava dado o mote de parte da

moderação para o tema do webinar, em que Joana Torres descodificou o papel relevante da Educação na dignificação da igualdade de género nas sociedades.

A investigadora recordou que "aqueles números mostram o quanto estamos longe de atingir a igualdade. Existem desigualdades estruturais claras nas escolhas para cargos de decisão nas escolas". Para Joana Torres, "o importante não é só fazer, mas sim perceber como fazer. E sem dúvida que a mudança social deste paradigma passa obrigatoriamente pela educação".

A oradora clarificou conceitos como identidade de género, orientação sexual, sexo biológico e papel de género, provocando as mentes para um trabalho que socialmente está a ser desenvolvido, "mas que está longe de estar resolvido". Levando a questão até à infância, Joana Torres alertou para comportamentos e expectativas que inconscientemente os pais tomam com os seus filhos, e que acabam por condicioná-los no que respeita ao género.

"Para Joana Torres, "o importante não é só fazer, mas sim perceber como fazer. E sem dúvida que a mudança social deste paradigma passa obrigatoriamente pela educação".

Em seguida, entrou no tema "Mulher" de forma mais assertiva, dividindo os significados de feminismo, femismo e machismo, realçando ao mesmo tempo que o conceito de feminismo lembra que a igualdade de género remete para direitos humanos e justiça social. Percebemos depois que "ainda faz sentido falar em igualdade de género. A história mostra o quanto custou às mulheres conquistar o direito de votar. Na prática, o voto é um direito a ser pessoa". Joana Torres lembrou que "em Portugal só em 1976 se 'libertou' as mulheres. Até 1974 existiam crimes de honra e crimes de adultério. Não foi há 100 anos, foi 'só' em 1974/76".

Para justificar os seus argumentos, a oradora apresentou números que provocaram reações diversas nos participantes e levantaram curiosidade para consulta posterior. O estudo "Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal" ([link para estudo](#)) de 2016, permite perceber que 50,5% das mulheres portuguesas pensam mais nas tarefas domésticas enquanto estão na sua profissão, do que os homens, assim como na realização de telefonemas de natureza familiar.

Outro dado que aquele estudo permite conhecer, da diferença de género, refere-se ao tempo útil despendido por homens e mulheres nas tarefas domésticas, com as mulheres a continuarem a dedicar mais tempo a essas tarefas do que os homens, daquele modo "desperdiçando tempo para aquilo a chamamos de autocuidado, que tão bem faz a todas. É verdade que as tarefas em hoje em dia são mais divididas, sem dúvida, mas a mulher continua a ter tendência em escolher a tarefa de forma primordial relativamente ao homem.

A distribuição é assim desigual. Muitas vezes a mãe acaba a fazer tarefas domésticas, o pai fica a brincar, estudar e a conversar com o filho e depois, em jeito de brincadeira, o pai é que é fixe". A fechar os números relativos ao estudo

mencionado, Joana Torres demonstrou que as mulheres dedicam em média quatro horas e vinte e três minutos a lides domésticas, cerca de mais duas horas que os homens.

No setor da educação, "o ensino superior é frequentado por uma larga maioria feminina, assim como as mulheres estão em maioria em profissões envolvidas com áreas de educação, ciências sociais, saúde e direito. E por falar em educação, será que educamos mesmo para a igualdade?", questionou a ativista. "A verdade é que educamos para a igualdade, mas todos acabamos por usar estereótipos, como nos brinquedos que damos às crianças para brincar". Para Joana Torres, "as mulheres são multitarefas, conseguem ter carreiras profissionais e ainda chegar a casa e cumprir tarefas domésticas. Mas será esse o preço da liberdade das mulheres?", questionou. No caso das escolas, a oradora levantou uma questão particular: "Se há mais professoras do que professores, por que é que em termos de linguagem se utiliza preferencialmente o masculino? Este tipo de situações potencia os preconceitos de género".

Na parte final do webinar, Joana Torres deixou um pedido: "Que se comece a apostar mais na formação e consciencialização nas escolas. A escola tem um enorme potencial agregador e não é apenas com pequenas ações esporádicas, ao longo do ano, que se vai resolver o que quer que seja". Em sua opinião, as escolas devem trabalhar sistematicamente, ao longo do ano letivo, junto dos alunos, junto dos professores, de forma que possam contribuir para a modelação do comportamento das crianças e jovens.

"As instituições levam a efeito algumas ações, mas no fundo andamos apenas a colocar "pensos rápidos". É preciso criar programas preventivos. No fundo, o que mais desejo é que sejamos todas/os sujeitos de transformação".

Joana Torres deixou um pedido: "A escola tem um enorme potencial agregador e não é apenas com pequenas ações esporádicas, ao longo do ano, que se vai resolver o que quer que seja".

**QUEBRAR OS
PRECONCEITOS**

entrevista



AIRES LOPES

Último Presidente do SINDLEP

AIRES LOPES: 1º CICLO FOI COLONIZADO E PERDEU A SINGULARIDADE

Aires Lopes foi o último Presidente do SINDLEP (Sindicato Nacional de Delegados e Subdelegados Escolares), que integrou a história da Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP, hoje FNE) de 1982 até 2006, data em que foi extinto. O SINDLEP era um sindicato de professores do 1º ciclo, na altura considerado por Marçal Grilo o “rabo do cometa” do sistema educativo. Esta entrevista recorda o trajeto e a importância do sindicato, no segundo texto com que o Jornal FNE assinala os 40 anos da Federação.



JORNAL FNE (JF) - A 21 DE MARÇO DE 1981 O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO RECONHECE OFICIALMENTE O SINDLEP. O QUE ERA O SINDLEP, COMO NASCEU E COM QUE OBJETIVOS?

Aires Lopes (AL) – “A FORÇA DE SER SOLIDÁRIO”. Foi com este espírito que um grupo de professores do Ensino Primário, em exercício de funções nas Delegações Escolares, imaginou um movimento que levaria ao nascimento do SINDLEP, decorria o ano de 1979, mais concretamente o mês de janeiro. Uma feliz iniciativa, do então Delegado Escolar de Aveiro, Prof. Albano, promoveu um encontro de reflexão sobre os problemas existentes nas Delegações Escolares, enquadrando esta situação no abandono a que estava votado o Ensino Primário. Juntou, então, colegas das Delegações Escolares de Aveiro, Viseu, Guarda e Coimbra. O trabalho realizado foi amplamente divulgado a nível nacional e é justo salientar o importante papel que tiveram, nesta dinâmica, os colegas Farias, da Delegação Escolar da então Vila da Feira, José Ladeira, Delegado Escolar de Ovar e Horácio Pires, Subdelegado Escolar de Aveiro.

Por força desta iniciativa surge a ADLEP (Associação das Delegações Escolares do País), mais tarde ADZP (Associação das Delegações de Zona Escolar do País) e, finalmente, o SINDLEP. O dia 21 de março de 1981 ficará como um marco importante do nosso sindicato pois, nesse dia, o Ministério do Trabalho e Emprego fazia publicar, no seu boletim oficial, os estatutos do SINDLEP, cujo artigo 4º dizia que “O Sindicato tem por fim defender e promover por todos os meios ao seu alcance os interesses individuais e coletivos dos sócios e contribuir para a melhoria da qualidade de ensino”.



JF - COMO DECORREU A IMPLANTAÇÃO DO SINDICATO NAS ESCOLAS DO ENSINO PRIMÁRIO DO PAÍS NUMA FASE AINDA PRÓXIMA DA REVOLUÇÃO DE ABRIL?

AL - Foi difícil, mas começou então uma caminhada que nos levaria até ao ano de 2006. Um caminho difícil, com os colegas a transpor obstáculos de toda a ordem e a lutar contra a pouca vontade do Ministério da Educação (ME) em avançar com uma reestruturação credível, que pudesse trazer mais valias para o sistema de ensino, particularmente para o Ensino Primário. Os dirigentes do SINDLEP tiveram ainda de contar com a oposição de alguns Sindicatos de Professores que nos consideravam como “entidades patronais”, com uma atuação corporativista. Contra estas adversidades, o SINDLEP respondeu, desde sempre, com um projeto claro: uma luta pela dignificação da instituição Delegação Escolar, cientes de que, conseqüentemente, estávamos a fazer a defesa de melhores professores, melhores escolas, mais educação, principalmente ao nível do Ensino Primário, parente pobre do sistema educativo e considerado então – citando o Professor Marçal Grilo - o “rabo do cometa”.

“O dia 21 de março de 1981 ficará como um marco importante do nosso sindicato pois, nesse dia, o Ministério do Trabalho e Emprego publicava os estatutos do SINDLEP”.



JF - O DECRETO-LEI 211/81, DE 13 DE JULHO, DOTOU AS DELEGAÇÕES ESCOLARES DE UM INSTRUMENTO JURÍDICO. NA PRÁTICA, QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES DESSE DECRETO?

AL - Essa foi a primeira grande conquista – o Decreto-Lei 211/81, de 13 de julho, em que foram definidas as atribuições e competências das Delegações Escolares e dos Delegados e Subdelegados, para além de estabelecidas as regras de dotação do respetivo pessoal e dos respetivos vencimentos. Recordo a grande jornada de luta que, em junho de 1996, tivemos, em Aveiro, face à publicação do Despacho 128/ME/96 que, pura e simplesmente cessava a Comissão de Serviço de Delegados e Subdelegados, e a luta foi tão grande, em conjunto com a FNE, que levou a que o ME tivesse recuado e publicado outro normativo, com sentido bem diferente. Lembro ainda a capacidade que tivemos para influenciar o ME no sentido, por exemplo, de que Delegados e Subdelegados não estivessem sujeitos à Avaliação de Desempenho.

JF - FOI FÁCIL A RELAÇÃO DO SINDLEP COM OS CENTRALISMOS DA TUTELA?

AL - A nossa relação foi sempre dentro do quadro da FNE. Tivemos ministros mais abertos que outros às nossas propostas. Agora há ministros de quem temos melhores recordações que outros e connosco ficam boas recordações de um em especial, o Professor Guilherme d'Oliveira Martins, porque sempre compreendeu o que eram as delegações, percebeu o papel dos Delegados e Subdelegados e como é que eles pacificamente deviam passar por aquela fase de transição para os agrupamentos.

JF - O PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE JUNHO DE 1983 TEVE UM GRANDE IMPACTO. NOS 21 ENCONTROS EFETUADOS HOUVE UMA LINHA DE CONTINUIDADE NA REFLEXÃO E AÇÃO, OU DERAM-SE ALGUMAS RUTURAS?

AL - Realizámos 21 Encontros Nacionais, de norte a sul do País, com o primeiro a acontecer em Lisboa, em junho de 1983. Foram 21 anos de encontros com a amizade, com a solidariedade, de milhares de participantes. Em todos os momentos tivemos oportunidade de conviver, mas também de refletir sobre os problemas da Educação, sempre numa perspetiva de propositura e nunca de rutura. Nenhuma outra organização sindical, com o nosso campo de recrutamento, teve tamanha capacidade de mobilização.

Da esquerda para a direita: Luís de Melo, João Proença e Aires Lopes no final da manifestação pela defesa de uma Europa Social, uma Europa do Emprego e dos Direitos Sociais, em Nice, 2000



«Nenhuma outra organização sindical, com o nosso campo de recrutamento, teve tamanha capacidade de mobilização.»

LADO A LADO COM A FNSP

JF - COMO FOI AGILIZADA A ESTRUTURA NACIONAL DO SINDLEP? EM QUE ZONAS DO PAÍS SE DESTACOU MAIS O SINDICATO?

AL - O SINDLEP foi sempre um sindicato onde a palavra solidariedade tinha conteúdo prático e por isso conseguimos uma implantação nacional, não só no seu Conselho Coordenador, com dois representantes por distrito, mas também na Direção onde havia membros oriundos do Norte, do Centro e do Sul do país. Cada concelho tinha a sua Delegação Escolar, com exceção de Lisboa, que chegou a ter 24 e o Porto 12 Delegações Escolares. Mas isso foi reestruturado com o Ministro Roberto Carneiro. Em termos sindicais chegámos a alcançar 80% das possibilidades de recrutamento, o que é em termos sindicais algo de invejável. Depois fomos solidários com a FNE, onde a nossa palavra era ouvida e o nosso trabalho respeitado, participando ativamente nos diferentes órgãos estatutários ou integrando os diferentes grupos negociais com o Governo e parceiros sociais, quando estavam em causa o funcionamento das escolas e a própria carreira de todos os trabalhadores da Educação.

Participámos ativamente e sempre com comunicações aos Congressistas, em todos os Congressos da FNE. Fomos solidários com a UGT e por isso participámos em manifestações na defesa de uma Europa Social, uma Europa do Emprego e dos Direitos Sociais, em Nice, e em todas as festas de comemoração do 1.º de Maio, com representações que recolheram elevados elogios de participantes e dirigentes. Fizemos igualmente parte da FESAP (Frente Sindical da Administração Pública), com contributos para o caderno reivindicativo de cada ano.

JF - QUAIS ERAM AS MAIORES PREOCUPAÇÕES DO SINDICATO?

AL - Além da componente de reivindicação sindical também tivemos uma preocupação muito grande com a componente Cultural, com a Formação. Em outubro de 1987, participámos no Seminário Internacional “Abertura da Escola para a Vida”, organizado pela FNSP, com a colaboração da FEN (Federação da Educação Nacional), de França, e a FETE/UGT (Federación de Trabajadores de la Enseñanza de la UGT) de Espanha, cujo principal objetivo foi o de promover a formação de Sindicalistas, visando uma melhor preparação para os processos negociais com os respetivos Ministérios.

Fizemos parte da fundação do ISET (Instituto Superior de Educação e Trabalho) e muitos associados do SINDLEP frequentaram aí Cursos de Formação Especializada em Administração Educativa e Orientação Escolar. Destaque para o Protocolo com a Universidade Portucalense – dezembro de 2003, que garantia a redução nos pagamentos relativos a qualquer dos cursos superiores ministrados, aos associados do SINDLEP, mas também aos seus cônjuges ou filhos. Publicámos ainda 103 números de “A DELEGAÇÃO”, que fizemos chegar a todas as Delegações Escolares, sempre dando conta do nosso trabalho e promovendo o espírito associativo.

JF - QUAIS FORAM AS VITÓRIAS MAIS REPRESENTATIVAS DO SINDICATO?

AL - Ao fim de uma vintena de anos ficou o regozijo de que as Delegações Escolares foram reconhecidas como estruturas desconcentradas do ME, pelas Autarquias Locais, pela generalidade dos docentes, pelos restantes níveis de ensino e pelas populações de cada concelho.

"Depois fomos solidários com a FNE, onde a nossa palavra era ouvida e o nosso trabalho respeitado, participando ativamente nos diferentes órgãos estatutários ou integrando os diferentes grupos negociais com o Governo e parceiros sociais".

Leia a 2ª parte desta entrevista na edição de abril Joaquim Santos e Tiago Soares Jornal FNE

QUE FUTURO PARA O EPE?

Para ter uma ideia de qual será o futuro dos cursos de Ensino Básico e Secundário no estrangeiro, em vários países da Europa e na África do Sul, onde os professores são contratados e remunerados pelo Estado Português, é necessário ter em conta a diferença cada vez mais pronunciada entre aqueles frequentados por uma maioria de alunos estrangeiros, que geralmente funcionam dentro do horário escolar normal, e os cursos extra-horário, onde os alunos são quase na totalidade portugueses ou lusodescendentes.

Esta diferença - inexistente durante os 32 anos de tutela do Ministério da Educação (ME), pois todos os cursos eram de frequência gratuita e com aceitável qualidade de ensino, tendo prioridade o ensino do Português Língua Materna - tem-se acentuado fortemente desde 2010, com a passagem para a tutela do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, que além de fortes reduções no contingente de professores, com 49 despedidos em dezembro de 2012, fez até à atualidade desaparecer mais de 15 mil alunos portugueses devido à aplicação da taxa de frequência, obrigatória unicamente nos cursos extra-horário, que atualmente representam apenas 39,6% da totalidade, enquanto que a proporção de cursos frequentados por alunos estrangeiros atinge os 57%.

Os professores foram também prejudicados, pois perderam o direito de ser opositores aos concursos em Portugal em igualdade com os docentes em território nacional, tendo sido primeiro relegados para terceira prioridade e estando agora a concorrer, após longos protestos sindicais, na segunda prioridade, o que dificulta uma vinculação, que no Ensino do Português no Estrangeiro (EPE) não existe.

Esta situação deplorável foi apoiada por três governos sucessivos, alegando hipotéticas vantagens da internacionalização do Português, lecionado agora sempre como língua estrangeira, independentemente da nacionalidade dos alunos, porque à tutela atual apenas interessa essa vertente, que está a dar frutos amargos, com cada vez menos crianças e jovens portugueses num ensino que, constitucionalmente, a eles deveria ser dirigido.

Em 2007 havia cerca de 600 professores no EPE, para um total de perto de 60 mil alunos. Agora são apenas 317 para lecionar pouco mais de 39 mil alunos, que na maioria não são portugueses. Entretanto a tutela tenta iludir com um possível “fim” da taxa ou propina, sem data certa, e que já está a ser cobrada para o ano letivo de 2022/23, apontando agora para a digitalização do ensino paralelo, extra-horário, com ensino a distância ou híbrido, o que deixa entrever que para muitos dos alunos portugueses as aulas deixarão de ser presenciais, continuando porém o ensino do Português Língua Estrangeira para outras nacionalidades a ser presencial, de qualidade e custeado pelos responsáveis em Portugal.

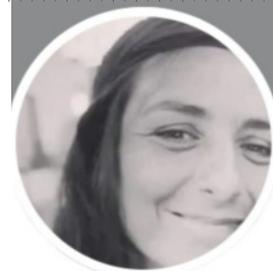
Com este tipo de constelação só há um prognóstico possível: o ensino do português para os alunos estrangeiros tem um futuro garantido, enquanto que para os portugueses as dúvidas continuam a superar as certezas.

**Teresa Duarte Soares - Presidente do SPCL
Sindicato dos Professores nas
Comunidades Lusíadas**



Língua Portuguesa

A PANDEMIA E A SAÚDE MENTAL NA EDUCAÇÃO



De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde mental diz respeito a “um estado de bem-estar em que o indivíduo percebe as suas próprias habilidades, pode lidar com as tensões normais da vida, pode trabalhar de forma produtiva e frutífera e é capaz de contribuir para a sua comunidade”.

A pandemia, num primeiro momento, desacelerou todos nós, reforçando e aumentando os medos, angústias, inseguranças, sentimentos de impotência, fazendo emergir a fragilidade humana de uma forma descontrolada. O peso do confinamento e da incerteza na saúde mental dos portugueses foi devastador. O descrédito pelo ser humano, um arco-íris pintado de “fantasia”. Uma sociedade fragilizada, onde várias perturbações saíram da sombra, tais como a depressão, ansiedade, perturbação de stress pós-traumático (PTSD, em inglês).

A incerteza e o medo provocaram nas pessoas elevados níveis de stress, sendo um risco para o desenvolvimento de doenças mentais e psiquiátricas, como perturbações de ansiedade, depressão e alterações neuropsiquiátricas, resultado do efeito direto do vírus. A construção deste “novo mundo” através da pandemia teve um impacto negativo na nossa sociedade, nomeadamente na saúde mental, agravando o estilo de vida da população, as restrições de circulação e de atividades, mudança de hábitos e perdas significativas.

Uma população obrigada a confinar, distanciamento social, encerramento das atividades económicas, confrontada com notícias e imagens que revelavam o perigo de um vírus que nada se sabia, o medo do desconhecido, a sobrecarga e a exaustão que se apoderaram do ser humano, comprometendo a saúde física, mental e social. A Covid-19 não tem apenas consequências físicas, é uma realidade diferente da que vivíamos, quer no plano individual, quer em sociedade. As consequências que a pandemia provocou no ser humano, quando falamos de doença mental, são maioritariamente invisíveis.

Na educação, a crise causada pela Covid-19 levou ao encerramento dos sistemas de ensino, afetando toda a comunidade educativa. Em contexto escolar, a pandemia fez com que fossem necessárias adaptações, para solucionar e implementar medidas de suporte de aprendizagem e inclusão, pensar na escola como um todo, para que continue a ser um espaço de desenvolvimento saudável, prevenindo e promovendo a saúde física e mental das crianças, jovens e profissionais de educação.

Cada vez faz mais sentido a promoção da saúde mental nas escolas, em ambiente escolar, e dos serviços escolares, programas estruturados dentro da escola, sendo fundamental a colaboração e intervenção de TODOS (alunos, pais, professores, auxiliares de ação educativa, psicólogos), para que a ESCOLA continue a ser um espaço seguro, que cuide, que promova, o desenvolvimento, a saúde física e psicológica, o equilíbrio e bem-estar de toda a comunidade educativa.

Quando falamos de segurança, a dimensão psicológica tem grande peso, pois apenas um ambiente emocionalmente estável e contentor faz com que as relações se tornem recíprocas e empáticas, proporcionando a aprendizagem emocional e social das crianças e jovens, bem como a saúde psicológica e bem-estar de todos os intervenientes na educação. Para isso é essencial investir em ações que promovam a saúde mental e o reforço das políticas e práticas inclusivas.

A palavra justiça cada vez mais é dita por nós. O que é justiça? O que é ser justo? Justiça é consciência, não uma consciência pessoal, mas a consciência de toda a humanidade. Aqueles que reconhecem claramente a voz das suas próprias consciências normalmente reconhecem também a voz da Justiça. Portanto, agir de modo a que consideremos a humanidade tanto na nossa pessoa, quanto na de qualquer outro, sempre como objetivo, nunca como simples meio.

Ana Catarina Neves
Psicóloga Clínica & Psicoterapeuta
STAAESulRA



TALIS RECOMENDA MAIS FINANCIAMENTO

A Internacional da Educação (IE) e a OCDE estão de acordo que as escolas em áreas desfavorecidas devem contar com um investimento adicional. A OCDE, em particular, sublinha que as escolas com maiores desafios deveriam ter condições para atrair os professores com mais experiência. Estas são as ideias basilares do relatório da OCDE baseado nos dados do TALIS 2018 (publicados em 2019 e 2020), intitulado “Reparar a desigualdade educativa: Professores mais fortes para as escolas que mais precisam”, tornado público em 14 de março de 2022.

O TALIS - Inquérito Internacional de Ensino e Aprendizagem é considerado pela IE como “a Bíblia das condições de trabalho dos educadores e professores”. Este último documento da OCDE revela igualmente informações valiosas sobre a extensão e a natureza das desigualdades digitais, postas a nu durante a pandemia.

O ponto mais focado é o exame ao tipo e extensão do apoio extra que os professores precisam nas escolas mais desfavorecidas. O relatório nota que, em vários países, os professores mais experientes tendem a ensinar em escolas com alunos favorecidos, e não em escolas com alunos provenientes de meios socioeconómicos mais carecidos. Revela ainda que a disponibilidade de suporte digital aos professores tende a favorecer as escolas em áreas privilegiadas e as escolas no setor privado, em vez de ser canalizado para as escolas do setor público da Educação.

Para a OCDE, as implicações políticas que decorrem dos dados do TALIS 2018 são basicamente quatro: garantir que todas as escolas possam recrutar e reter professores eficazes, incentivar os professores a trabalhar em áreas mais problemáticas, rever os critérios de recrutamento e transferência de professores, apoiar os professores que trabalham em escolas mais desafiadoras e garantir um financiamento equitativo e transparente para as escolas.

Estabilidade nas escolas precisa-se

Por seu lado, a IE sustenta que o financiamento suficiente e adicional para escolas com maiores desigualdades, com base nas necessidades dos alunos e não simplesmente no número de alunos, é a chave para apoiar os alunos social e economicamente mais desfavorecidos.

A IE acredita que é essencial que a linha de base para o financiamento em todas as escolas seja suficiente e que fórmulas de financiamento transparentes e equitativas são vitais para distribuir um financiamento adicional para todas as escolas com necessidades suplementares.

A IE também argumenta consistentemente que trabalhar em escolas desfavorecidas deve ser visto como uma vantagem na carreira por professores experientes e deve ser reconhecido como tal quando os professores procuram progredir nas suas carreiras. Pode ser, como a OCDE recomenda, que os incentivos financeiros necessários possam atrair os professores experientes. Porém, a IE adverte contra as políticas que incentivam as escolas a adotar licitações económico-financeiras entre si por professores, pois tal medida prejudicaria qualquer política destinada a apoiar todas as escolas desfavorecidas.

O objetivo mais importante para qualquer sistema educativo é, no entender da IE, garantir que todas as escolas, especialmente as escolas de áreas desfavorecidas, tenham um grupo de profissionais docentes e não docentes estável e motivado, com salários dignos. Na realidade, há muitas escolas em áreas desfavorecidas, cuja falta e alta rotatividade na colocação de educadores e professores não apenas prejudicam o moral e a motivação de quem lá trabalha, como também são alvo de relatórios de avaliação externa punitivos, que acabam por prejudicar de forma ainda mais penosa essas escolas.

Maior inclusão digital

Nesse sentido, uma estratégia para melhorar o apoio a todas as escolas deve incluir sistemas e mecanismos de avaliação e apoio que garantam a confiança e a motivação dos educadores e professores, assim como das comunidades escolares como um todo. A adoção de tais políticas é, sem dúvida, o melhor caminho para se enfrentarem os inúmeros desafios da diversidade e da inclusão dos sistemas educativos.

A educação remota disruptiva durante a fase mais negativa da pandemia da COVID-19 minou os efeitos negativos a muitos alunos. Mas deixou muitas marcas, que não se irão tão cedo dissipar. Embora as diferenças no acesso à Internet e ferramentas digitais estejam a diminuir em todos os países da OCDE, o PISA 2018 mostra uma lacuna persistente entre alunos desfavorecidos - com níveis mais baixos de competências digitais - e alunos favorecidos, que utilizam facilmente a Internet.

Isso contribuiu para maiores perdas de aprendizagem durante a pandemia para os alunos mais vulneráveis. Quando a sociedade e as escolas voltarem a ter um funcionamento mais normalizado precisaremos dos nossos melhores professores e dos respetivos recursos digitais necessários para ajudar os alunos a reencontrar o equilíbrio. Ainda assim, há ressalvas para conceder às escolas processos que permitam uma maior autonomia. Uma maior autonomia requer medidas de responsabilização mais rigorosas e mecanismos para ajudar as escolas desfavorecidas a competir por uma maior inclusão dos seus alunos, nomeadamente a inclusão digital.

Consulte aqui o Relatório TALIS - “Reparar a desigualdade educativa: Professores mais fortes para as escolas deles mais carecidas”

Quando a sociedade e as escolas voltarem a ter um funcionamento mais normalizado precisaremos dos nossos melhores professores e dos respetivos recursos digitais necessários para ajudar os alunos a reencontrar o equilíbrio.



DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE FEVEREIRO A 25 DE MARÇO DE 2022

[Deliberação nº 257/2022 - DR nº 41/2022,](#)
[Série II de 2022-02-28](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.
Atualização do valor das bolsas de investigação.

[Despacho nº 2737/2022 - DR nº 44/2022,](#)
[Série II de 2022-03-03](#)

Educação - Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
Implementação do Programa de Ocupação de Tempos Livres (OTL) no ano de 2022, nas modalidades de curta e longa duração.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 29-C/2022 - DR nº 46/2022, 1º Sup.,](#)
[Série I de 2022-03-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Portaria nº 107/2022 - DR nº 47/2022,](#)
[Série I de 2022-03-08](#)

Modernização do Estado e da Administração Pública
Procede à primeira alteração à Portaria nº 231/2019, de 23 de julho, modificando as regras do Programa de Capacitação Avançada para Trabalhadores em Funções Públicas - Formação Inicial (CAT-FI).

[Relatório \(extrato\) nº 1/2022](#)
[DR nº 50/2022, Série II de 2022-03-11](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação
Versão resumida do relatório de atividades relativo ao ano de 2021.

[Declaração de Retificação nº 9/2022](#)
[DR nº 51/2022, Série I de 2022-03-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Portaria nº 86/2022, de 4 de fevereiro, que regulamenta os cursos de educação e formação de adultos, designados por «cursos EFA».

[Declaração de Retificação nº 10/2022](#)
[DR nº 51/2022, Série I de 2022-03-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Portaria nº 70/2022, de 2 de fevereiro, que regula os cursos de aprendizagem previstos na alínea b) do nº 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de dezembro.

[Declaração de Retificação nº 11/2022](#)
[DR nº 51/2022, Série I de 2022-03-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Portaria nº 66/2022, de 1 de fevereiro, que regulamenta as formações modulares certificadas previstas na alínea f) do nº 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de dezembro [Regime Jurídico do Sistema Nacional De Qualificações].

[Resolução do Conselho de Ministros nº 29-F/2022 - DR nº 56/2022, 2º Sup.,](#)
[Série I de 2022-03-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.



[Decreto-Lei nº 27-B/2022-DR nº 58/2022,](#)
[Série I de 2022-03-23](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excepcionais e temporárias relativamente à avaliação, aprovação e conclusão dos ensinos básico e secundário e para efeitos de acesso ao ensino superior.

[Despacho nº 3470-B/202](#)
[DR nº 58/2022, 2º Sup.,](#)
[Série II de 2022-03-23](#)

Educação - Gabinete do Ministro
Estabelece o modelo de governança inter-serviços da Educação para a execução do Investimento REC06-i01 do Plano de Recuperação e Resiliência.

[Portaria nº 125-A/2022 - DR nº 59/2022,](#)
[1º Sup., Série I de 2022-03-24](#)

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação
Fixação das vagas do concurso externo dos quadros de zona pedagógica e do ensino artístico especializado da Música e da Dança.

[Despacho Normativo nº 7-A/2022](#)
[DR nº 59/2022, 1º Sup.,](#)
[Série II de 2022-03-24](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação
Determina a aprovação do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2021-2022.

[Despacho nº 3597/2022 - DR nº 60/2022,](#)
[Série II de 2022-03-25](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Cria medida excepcional no âmbito da ação social no ensino superior aos estudantes ucranianos beneficiários de proteção temporária.

[Deliberação nº 379/2022 - DR nº 60/2022,](#)
[Série II de 2022-03-25](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior
Fixa os pré-requisitos exigidos para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano letivo de 2022-2023.

[Deliberação nº 380/2022 - DR nº 60/2022,](#)
[Série II de 2022-03-25](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior
Estabelece a correspondência entre os exames nacionais do ensino secundário e as provas de ingresso na candidatura ao ensino superior de 2022-2023.



Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne

VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE

WEBINÁRIO
14 abril 2022
17h00 às 20h00

fne
www.fne.pt

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória



**SÓNIA
CARIDADE**

Professora e investigadora
na área da violência



**LINA
LOPES**

Presidente da Comissão
de Mulheres da UGT



**RITA
NOGUEIRA**

Psicóloga Clínica
e da Educação



**JORGE
ASCENÇÃO**

Presidente da
CONFAP



**RUI
MAIA**

Centro de
Formação da FNE
(Moderador)

f LIVE facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt

CANAL • WWW.CANAL4.PT

